



Centro de Cultura e Desporto da  
Segurança Social de Lisboa e Vale  
do Tejo 4º Trimestre '19 » n.º 56 » 5ª Série

# O Busilis



Edifício sede do ISS, IP inaugura  
espaço para atividade física

Entrevista à Diretora e à Diretora Adjunta do Centro Distrital de Lisboa  
Duas mulheres, dois percursos profissionais, uma única visão



*my  
glasses  
my identity*

Condições Especiais para os Associados do CCD

**OPTOCENTRO**

[www.optocentro.pt](http://www.optocentro.pt)

# [editorial]

## Temos de ser todos a querer

Temos um novo governo  
De um ciclo político iniciado há quatro anos.  
É uma nova oportunidade para simplificar,  
Para melhorar e para concretizar  
As expectativas criadas e os compromissos  
assumidos.

Para quem tem objetivos e trabalha para os  
concretizar,  
O tempo e o caminho são mais curtos.  
Mas a experiência e os conhecimentos adquiridos  
Podem ajudar a construir  
Novos caminhos para obtermos melhores  
resultados,  
Basta querermos!  
Mas os CCDs não podem querer sozinhos,  
Temos de ser todos a querer,  
No dia a dia, todos os dias,  
Respeitando, valorizado e dignificando o  
associativismo dos trabalhadores,  
Talvez com menos palavras bonitas de circunstância  
Com mais actos e mais factos concretos,  
Porque os trabalhadores agradecem e  
Todos ganham com uma cultura profissional sólida.

Nota - O Mário Rui, um dos rostos da revista O  
Busilis, o homem discreto e atento, que conhecia  
o nosso mundo associativo como ninguém, que  
muito nos ajudou a divulgar a nossa cultura  
profissional e o nosso projeto associativo, partiu de  
forma tão discreta, tão inesperada, que ainda nos  
custa a acreditar que perdemos um grande amigo.  
Que descanse em Paz.

*Vitor Duarte*

**O Busilis**

4º Trimestre '19 | Centro de Cultura e Desporto da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo | nº 56 da 5ª série | propriedade CCD de Lisboa e Vale do Tejo, Alameda D. Afonso Henriques nº 42, 1900-181 Lisboa, T. 218 409 010 | diretor: Vitor Duarte | conselho editorial: Direcção da Associação Nacional de CCD's da Segurança Social | redacção, layout e paginação: Formiga Amarela - Oficina de Textos e Ideias Lda.



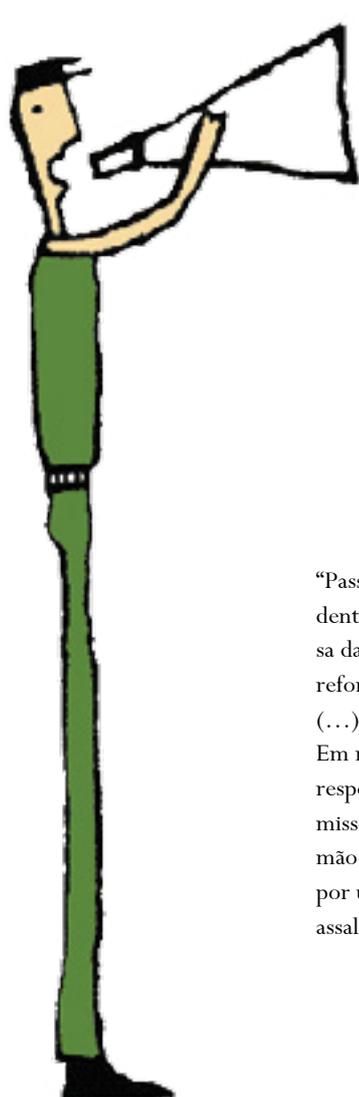
O que eles dizem	pág. 4
Atualização do Salário Mínimo	pág. 6
Entrevista às Dr.ªs Gabriela Real e Fátima Matos	pág. 8
Novo espaço para exercício físico na Sede do ISS, IP	pág. 14
Jogos Euros	pág. 18
Plano de Atividades	pág. 19
Farpas	pág. 22
O Vinho de Talha	pág. 23
Vai Ser	pág. 27
Já Foi	pág. 28



# o que eles dizem...

"A ex-secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, vai ocupar um cargo na administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, avançou o Expresso. A Santa Casa da Misericórdia foi tutelada por Cláudia Joaquim até ao mês passado, quando cessou funções no ministério liderado por Vieira da Silva. Ao Expresso, o porta-voz da Santa Casa disse que esta é "uma matéria da responsabilidade do Governo". "

*In Jornal Sol, a 10 de novembro 2019*



"Em junho do ano passado, havia 193.663 empregos ocupados por cidadãos estrangeiros a descontar para a Segurança Social (SS) em Portugal, o valor mais elevado da década, avança o "Jornal Económico" esta quinta-feira. Este número significa que 5,6% dos empregos registados na SS, ao nível nacional, já são ocupados por imigrantes.

Tendo por base o valor médio dos ordenados brutos em Portugal - e assumindo que os imigrantes têm vencimentos 17% inferiores aos nacionais, como mostram estudos recentes do Banco de Portugal -, as receitas da Segurança Social com postos de trabalho ocupados por estrangeiros deverão ficar perto de 750 milhões de euros por ano."

*In Jornal Expresso, a 30 de novembro de 2019*

"Passado que está o período eleitoral, em que todas as opiniões florescem ao vento como dente-de-leão, é chegado o momento de se efetuar uma reflexão mais serena e rigorosa das ideias avançadas por diversos responsáveis políticos, no que se refere à chamada reforma da Segurança Social.

(...)

Em resumo, assistimos a um debate sobre a reforma da Segurança Social com foco nas respostas imediatas que a campanha eleitoral exigiu e poucas soluções ou compromissos de futuro. Muitas palavras sobre sustentabilidade financeira do sistema e uma mão-cheia de nada sobre a dimensão dos cuidados de saúde e de bem-estar exigidos por uma população com esperança de vida mais alargada e novos problemas que nos assaltam a cada dia que se soma ao calendário: demência e isolamento. "

*Nelson Silva, in Jornal Económico, a 31 de outubro de 2019*

“Em comparação com o período homólogo, houve, até agosto deste ano, uma diminuição de 5,7 milhões de euros com os valores pagos com o designado Rendimento Social de Inserção (RSI). Tal descida corresponde ao facto de haver hoje menos 10 mil beneficiários desta prestação social face ao mesmo período de 2018.

A tendência, que se tem mantido, é a de uma descida no número de beneficiários, como reflexo das políticas que travaram o agravamento da exploração e do empobrecimento, as chamadas medidas de austeridade da Troika, e que vieram permitir a reposição de direitos e rendimentos e o crescimento do emprego. (...)

Hoje são menos de 210 mil pessoas a beneficiar do RSI, o que leva a concluir que persistem todavia carências ao nível do combate à pobreza, à precariedade e aos baixos salários.”

*In, [www.abrilabril.pt](http://www.abrilabril.pt), a 28 de outubro de 2019*

...“É de facto uma exceção na EU o peso enorme da despesa privada em saúde verificada em Portugal – 33% face a menos de 20% na média da União. É bom termos bem presentes as razões para esta realidade: o peso das despesas com medicamentos na bolsa das famílias, a ausência de saúde oral pública, os tempos de espera inaceitáveis nalgumas especialidades, que fazem com que os doentes procurem alternativas no setor privado. Mas há nos últimos anos uma razão talvez mais decisiva que acentuou o peso das despesas das famílias: a atratividade crescente do setor privado, com uma oferta mais profissional, disponível e rápida e com instalações e equipamentos modernos e acolhedores. Pois bem, o Governo propõe-se combater esta tendência, eliminando a maioria das taxas moderadoras (ainda que lentamente), disponibilizando serviços de saúde oral, pediatria, oftalmologia (com a promessa de óculos gratuitos para os jovens até aos 18 anos e aos cidadãos com mais de 65 vivendo do RSI), psicologia e nutrição, nos centros de saúde, criando horários alargados de atendimento nos serviços públicos, incluindo aos sábados e, se possível, aumentando a quota dos medicamentos genéricos e a baixa dos preços dos medicamentos.”

*Manuel Delgado, in Visão, a 4 de novembro de 2019*

# A atualização do Salário Mínimo Nacional

O Salário Mínimo Nacional vai ser atualizado em 5,83% a partir de janeiro, valor que só peca por escasso e tardio. Esta decisão terá efeitos diretos na nossa atividade associativa, em particular na gestão dos bares e dos refeitórios, porque, num total de 63, há 16 trabalhadores que recebem o Salário Mínimo Nacional e 22 têm salários até 650,00€.

Os CCDs, no âmbito da cooperação estabelecida com o Estado, recebem apoio para as suas atividades, excepto para a gestão dos bares e dos refeitórios, que foram excluídas deste processo, em 2011, com a justificação de deverem ser os Serviços Sociais da Administração Pública a celebrar esses acordos.

Os Serviços Sociais da Administração Pública, por motivos que desconhecemos, há anos que recusam estabelecer acordos para a gestão dos refeitórios existentes na região de Lisboa, utilizados pelos trabalhadores dos Institutos da Segurança Social e do Ministério da tutela.

Esta questão, que cria dificuldades de gestão, foi colocada há muito tempo aos responsáveis dos Institutos e aos membros dos Governos, sem que até hoje tenha sido corrigida a discriminação imposta aos trabalhadores da Segurança Social de Lisboa e de seis outros distritos.

Para esta atividade, os Serviços Sociais da Administração Pública atribuem um subsídio de 0,69€ por refeição servida.

A aplicação do Salário Mínimo Nacional será efetuada, mas, se o mesmo critério de atualização salarial não for aplicado a todos, um número significativo de trabalhadores, na prática, passará a ter a mesma remuneração, apesar de ter carreira ou categoria profissional diferentes.

Esta solução não é justa nem acontecerá, porque, a médio prazo, colocaria problemas de qualidade e de recursos humanos disponíveis para manter a atividade, mas poderá obrigar-nos a atualizar os preços dos serviços prestados nos bares e nos refeitórios, se os Serviços Sociais ou a Tutela não corrigirem a situação.

O CCD de Lisboa e a ANCCD irão colocar de novo esta questão aos Conselhos Diretivos dos Institutos, primeiros responsáveis enquanto entidades empregadoras por encontrar soluções junto dos Órgãos da Tutela, e reafirmar junto dos Serviços Sociais da Administração Pública a necessidade de os CCDs e os trabalhadores da Segurança Social Sública usufruírem de um direito de todos.

Esta será uma questão obrigatória para colocar ao novo Governo.



Princípio de Inverno  
Princípio de Vida  
Um nascer eterno  
De uma fantasia

Um sonho, um alento  
Um olhar atento,  
Desafio imenso  
Que nos aproxima

Vamos passo a passo  
Todos em conjunto  
Construindo aquilo  
Em que acreditamos

Tarefa tão simples  
Para todos nós  
Quando um homem só  
Conseguiu há séculos  
Uma tão difícil  
Uma tão penosa  
Mas tão duradoura  
E tão frutuosa

Isabel Saldida

Que esta época nos anime,  
Que o Novo ano nos dê saúde.  
Para continuarmos a trabalhar em conjunto.  
Que nos permita também gozarmos da  
companhia da nossa família e amigos



*Feliz Natal  
e Bom Ano de 2019*

## Entrevista

Gabriela Real, Diretora do Centro Distrital de Lisboa,  
e Fátima Matos, Diretora Adjunta do Centro Distrital de Lisboa

# Duas mulheres, dois percursos profissionais, uma única visão para o Centro Distrital de Lisboa

Gabriela Real e Fátima Matos, diretora e diretora adjunta do Centro Distrital de Lisboa, acreditam que a proximidade ao poder político e administrativo não diminui a influência do Centro Distrital de Lisboa, cuja realidade e a dimensão do público alvo a que se destina, "constitui um verdadeiro desafio para qualquer direção em exercício de funções", como afirmam.



**Busílis - Desde julho passado que se encontram na Direção do Centro Distrital de Lisboa.**

**Já se conheciam ou tinham trabalhado juntas?**

**Direção do Centro Distrital** - É verdade, desde meados de julho que a Direção do Centro Distrital de Lisboa se encontra novamente completa e embarcamos juntas nesta missão, sem nos conhecermos ou nos termos cruzado profissionalmente no passado. Mas, rapidamente, percebemos que estávamos sintonizadas quanto ao nosso papel e que partilhávamos a mesma visão para o Centro Distrital. Por outro lado, ficou também clara a complementaridade dos nossos percursos profissionais, o que muito facilitou a distribuição dos pelouros!

**B. - Na região de Lisboa, como é assegurado o lado mais operacional da segurança Social? Concretamente, o que é, o que faz, como faz, para quem faz?**

**DCD** - Como é do conhecimento geral, o Centro Distrital de Lisboa é um serviço desconcentrado, responsável pela execução das medidas necessárias ao desenvolvimento e gestão das prestações,

contribuições e ação social. É, também, um serviço de muito grande dimensão, atento o número de beneficiários abrangidos, de empresas com sede no distrito de Lisboa e de prestações sociais concedidas. Ao nível da ação social, dada a dimensão e complexidade das necessidades dos cidadãos evidenciadas no distrito,

contamos com uma rede de parceiros que complementam a intervenção das equipas do Centro Distrital, com um trabalho em rede, integrado e articulado com as autarquias, parceiros estratégicos para o desenvolvimento social e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com quem partilhamos parte da atuação há já



**"A Segurança Social tem, nos últimos anos, investido na modernização e melhoria do atendimento ao cidadão, como são exemplo o Centro de Contacto da Segurança Social, o Serviço de Atendimento e o Serviço de Verificação de Incapacidades do Edifício sede, dotando os profissionais que aí trabalham de condições que permitem a prestação de um serviço público dignificado."**

algum tempo, tendo início no concelho de Lisboa e agora também nos concelhos que integram a NUT3, nomeadamente na área da Infância e Juventude.

**B. - O Centro Distrital de Lisboa é um dos 18 Centros Distritais ou é menos um, dada a sua proximidade ao poder político e administrativo?**

**DCD** - Claramente, é um dos 18 Centros Distritais! A proximidade geográfica ao poder político e administrativo não distingue a operacionalização da missão do Instituto da Segurança Social no distrito de Lisboa, em relação à ocorrida nos restantes distritos do país. Obviamente que cada distrito tem as suas especificidades e, no caso concreto do distrito de Lisboa, não são despendidas a sua realidade e a dimensão do público alvo a que se destina, o que constitui um verdadeiro desafio para qualquer direção em exercício de funções no Centro Distrital de Lisboa.

**B. - Esta realidade geográfica diminui a imagem e a capacidade de intervenção do Centro Distrital no terreno? Reduz a sua importância, que é determinante para a concretização dos direitos sociais dos cidadãos?**

**DCD** - Na nossa opinião, não. Pelo contrário, responsabiliza-nos pela dimensão! Um exemplo da anterior legislatura, a introdução da medida do barramento das Declarações de Remunerações com erro na Segurança Social Direta. No início de 2016, o Centro Distrital de Lisboa

registava cerca de 1,3 milhões de erros em remunerações, o que levou a que, nessa época, fossem realizadas mais ações de sensibilização junto dos contribuintes ativos do distrito de Lisboa, bem como da Ordem dos Contabilistas Certificados, onde estiveram mais de 900 participantes em cada sessão. Atualmente, a realidade nesta matéria é bem distinta, fruto de um trabalho estratégico e exaustivo dos trabalhadores do Centro Distrital para a diminuição do histórico de erros, o sistema de informação conta com uma cifra inferior a 215 mil erros em remunerações, o que contribui diretamente para a correta atribuição de prestações (imediatas e diferidas) e a um aumento da cobrança de contribuições de um público alvo muito representativo a nível nacional.

Também a área do Desenvolvimento social permite evidenciar a relevância do Centro Distrital na concretização dos direitos sociais através por exemplo do financiamento dos 1.734 acordos de cooperação que permitem abranger o total de 76.217 cidadãos no distrito de Lisboa. Concretamente, no ano em curso foram, até à presente data, aprovados mais 37 acordos de cooperação, o que se traduz num aumento do apoio a 1.095 cidadãos.

**B. - Em Lisboa, o Centro Distrital partilha a sua intervenção com outras instituições do sistema público que trabalham também no setor social, como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e as Autarquias locais. Este trabalho, nos últimos anos alcançou os objetivos propostos? Como caracteriza a articulação com essas entidades?**

**DCD** - Em nosso entender claramente que sim! Perante a dimensão das necessidades dos cidadãos identificadas no distrito de Lisboa, é possível contar com uma rede de parceiros que, através de acordos de cooperação de programas de financiamento comunitário, de protocolos e de acordos de parceria, articulam práticas e conhecimento por forma a melhor responderem às solicitações. O trabalho desenvolvido no âmbito da Rede Social nos vários concelhos do Distrito de Lisboa e pelos respetivos Conselhos Locais de Ação Social, são um bom exemplo que evidencia este facto.

**B. - É possível assinalar aspetos positivos desta dinâmica?**

**DCD** - Sim, claro! A título de exemplo, o Centro Distrital de Lisboa, nos últimos anos, tem-se confrontado com uma elevada volumetria de pendências, justificada na exiguidade de recursos humanos e nas exigências impostas pelas alterações legislativas em matéria de infância e juventude, o que comprometeu a qualidade da intervenção dos serviços.

Neste contexto, e tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa objetivos comuns de solidariedade social, justifica-se a partilha de responsabilidade nos concelhos limítrofes de Lisboa, rentabilizando-se recursos, reforçando-se a capacidade de resposta integrada e promovendo-se a qualidade da mesma.

**B.- A transferência de competências não retira capacidade de reação e de intervenção à segurança social?**



**"(..)temos vindo a inverter a redução de trabalhadores nos 25 serviços de atendimento do distrito, dotando-os, quando possível, de quadros técnicos superiores. Por outro lado, temos analisado os motivos que levam os cidadãos ao atendimento presencial, bem como apreciado o conteúdo das reclamações dos mesmos na sua interação com os serviços."**



**DCD** - Pelo contrário, a celebração do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em julho passado, vem permitir, ao Centro Distrital de Lisboa, dar continuidade ao processo de recuperação dos processos pendentes e reforçar a qualidade de intervenção na garantia do superior interesse da criança, salvaguar-

dando-se assim a missão, os valores e os objetivos deste Instituto.

**B. - O acesso dos utentes aos serviços está mais distante. Esta realidade poderá a curto prazo descaracterizar o elevado sentido humanista**

**e solidário dos trabalhadores da segurança social?**

**DCD** - A Segurança Social tem, nos últimos anos, investido na modernização e melhoria do atendimento ao cidadão, como são exemplo o Centro de Contacto da Segurança Social, o Serviço de Atendimento e o Serviço de Verificação de Incapacidades do Edifício sede, dotando os profissionais que aí trabalham de condições que permitem a prestação de um serviço público dignificado. Em complementaridade com estes canais, a Segurança Social investiu também no aumento das funcionalidades existentes na Segurança Social Direta, o que permite, através da internet, que o cidadão usufrua dos serviços da segurança social sem que haja necessidade de deslocação aos serviços de atendimento presencial. Por conseguinte, diríamos que a oferta dos diferentes canais permite ir de encontro às diferentes necessidades dos cidadãos, sempre pressupondo o elevado sentido humanista e solidário dos trabalhadores da segurança social, quer no atendimento presencial, quer no BackOffice.

**"Gostaríamos sobretudo de sublinhar o “orgulho” que sentimos pelos trabalhadores do Centro Distrital de Lisboa que, de forma dedicada, empenhada e briosa, diariamente fazem “pequenos milagres” no cumprimento da missão do Instituto e que, em conjunto, muito nos honra contribuir para a dignificação do setor da Segurança Social”.**

**B. - As pessoas queixam-se da qualidade da informação prestada pelos serviços. Há muitos acessos à informação, mas a qualidade das respostas fica aquém das expectativas. Estes processos, a médio prazo, podem afastar os utentes dos seus direitos?**

**DCD** - Compreendemos a pergunta, embora não partilhemos dessa tese. No que ao Centro Distrital de Lisboa respeita, temos bem presente o quanto a qualidade de informação prestada é um fator crítico de sucesso. Neste sentido, temos vindo a inverter a redução de trabalhadores nos 25 serviços de atendimento do distrito, dotando-os, quando possível, de quadros técnicos superiores. Por outro lado, temos analisado os motivos que levam os cidadãos ao atendimento presencial, bem como apreciado o conteúdo das reclamações dos mesmos na sua interação com os serviços. As conclusões a que chegámos permitiram-nos já introduzir alterações em determinadas áreas de negócio e a sugerir alterações de conteúdo quanto aos Guias Práticos junto dos Serviços Centrais competentes. A título de conquistas internas partilhámos, nos últimos dois anos, a

redução de 4 para 1 mês na atribuição do Abono de Família para Crianças e Jovens ou a redução de 120 para 40 dias no tempo médio entre o registo e o arquivamento de um processo de verificação de incapacidade permanente para acesso a uma pensão de invalidez e/ou a um complemento por dependência. Tratam-se de processos cujos atrasos foram identificados como objeto de reclamação ou justificaram a procura de atendimento. O nosso próximo passo, a concretizar a muito curto prazo, corresponde a um forte investimento na formação entre o atendimento e o BackOffice. Por conseguinte, e pelo contrário, estamos apostados em aproximar os cidadãos dos seus direitos.

**B. - Recentemente, teve lugar uma operação policial nas instalações do Edifício Sede com envolvimento de trabalhadores do Centro Distrital de Lisboa. O que poderá estar na origem destas situações?**

**DCD** - Em primeiro lugar, não podemos ignorar o que se passa à nossa volta, e como a Segurança Social constitui um elo na legalização de cidadãos estrangeiros.

Por outro lado, a multiplicidade de dados existentes no Sistema de Informação da Segurança Social é apetecível para agentes externos, razão pela qual o Instituto da Segurança Social tem vindo a implementar e reforçar mecanismos de prevenção e combate à fraude interna e externa. Oportunamente, estes mecanismos foram acionados pelo Centro Distrital de Lisboa junto do Conselho Diretivo, e têm-se traduzido numa articulação com as autoridades policiais nos últimos anos. Paralelamente, o Centro Distrital tem feito um trabalho interno de sensibilização e, como fica demonstrado, tem “tolerância zero” nesta matéria! Da nossa parte, não hesitaremos em acionar os mecanismos de prevenção e combate à fraude junto do Conselho Diretivo, sempre que tal se justifique.

**B. - A estrutura e o atual modelo organizacional do sistema público de Segurança Social responde às necessidades? Tem futuro?**

**DCD** - Consideramos que esta é uma pergunta de opinião pessoal e estamos focadas na operacionalização da missão do



Instituto da Segurança Social na esfera da competência territorial do distrito de Lisboa. Nesta perspetiva, e considerando que a atual estrutura organizacional do Centro Distrital de Lisboa é de 2012, parece-nos que há espaço para ajustamentos e melhorias, adequando-a às alterações legislativas introduzidas nos últimos anos, bem como à organi-

zação do sistema de Segurança Social português.

**B. - Que mensagem gostariam de deixar aos trabalhadores do Centro Distrital de Lisboa?**

DCD - Gostaríamos sobretudo de

sublinhar o “orgulho” que sentimos pelos trabalhadores do Centro Distrital de Lisboa que, de forma dedicada, empenhada e briosa, diariamente fazem “pequenos milagres” no cumprimento da missão do Instituto e que, em conjunto, muito nos honra contribuir para a dignificação do setor da Segurança Social.

## Perfil da Direção do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa

Gabriela Real, Diretora do Centro Distrital, 46 anos, natural de Lisboa, é licenciada em Economia e mestre em Gestão e Estratégia Industrial, ambos do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Realizou o Seminário de Alta Direção e o Curso Avançado em Gestão Pública, no Instituto Nacional de Administração e no Instituto Superior de Gestão, respetivamente, e é formadora certificada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional desde 2001.

É detentora de um percurso profissional de 21 anos na Segurança Social, dos quais 13 em exercício de funções de dirigente no Centro Distrital de Lisboa, na área de regimes.

Trabalhou ainda, em meados dos anos 90, no Barclays Bank e no Gabinete Gestor do PEDIP II (Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa), e exerce funções de docência no ensino politécnico e superior desde 1999, lecionando atualmente na Academia Militar.

É membro da Ordem dos Contabilistas Certificados e da Ordem dos Economistas.



Fátima Matos, Diretora Adjunta do Centro Distrital, 50 anos, natural de Aveiro, é licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e possui cursos intensivos pós-graduados em Direito da Família pela Universidade Católica Portuguesa e de Mediação Familiar pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

O seu percurso profissional iniciou-se há 23 anos, numa IPSS onde criou e dinamizou uma equipa multidisciplinar de intervenção comunitária em bairros de habitação social no concelho de Sintra. Integrou a equipa multidisciplinar do PEETI em 2000, que deu origem ao PIEC- onde exerceu funções de Coordenadora da medida PIEF na região de Lisboa e Vale do Tejo e de Coordenadora Nacional do PIEC- Programa para a Inclusão e Cidadania do MTSS.

Exerceu funções no Ministério da Educação, num agrupamento de Escolas TEIP- Território Educativo de Intervenção Prioritária, onde coordenou o GIPS- Gabinete de Intervenção Psicossocial. É formadora nas áreas da intervenção social, supervisão social, intervenção em contextos de vulnerabilidade e trabalho em equipa multidisciplinar em rede e ainda em metodologia de projeto, desde 2000.



Espaço para atividades físicas no edifício sede do ISS, IP

# Já não há desculpa para não andar em forma

Os trabalhadores do edifício sede do ISS, IP têm um novo espaço para atividades físicas. E é todo catita. Construído de raiz, conta com uma sala para exercício cardiofitness, equipada com máquinas novinhas em folha, e com três outras salas onde decorrem aulas para todos os gostos, ministradas por uma boa equipa de profissionais. A nova jóia foi instalar-se, está claro, na antiga caixa forte do edifício sede do ISS, IP. Venha conhecê-la!

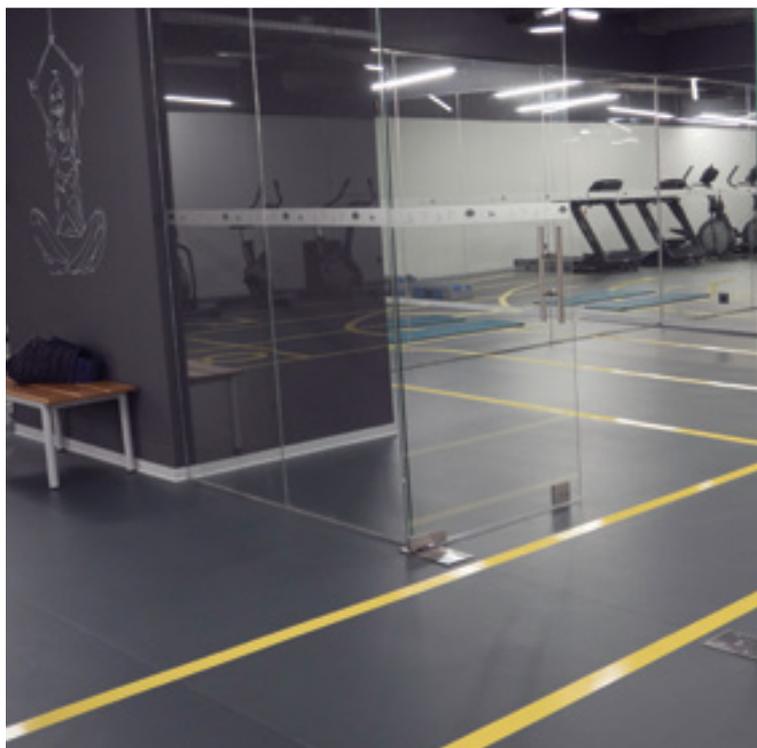


GINÁSIO

Inaugurado no passado dia 4 de novembro, o novo espaço para atividade física do edifício sede do ISS, IP está um mimo. Tudo ali cheira a novo. Bem equipado, moderno e confortável o espaço convida ao exercício físico. E mais, quem trabalha no novo edifício do ISS, IP só precisa de descer ao -5, à antiga caixa forte, e,

em menos de nada, está a relaxar e a pôr-se em forma. Nunca ali morou um tesouro maior.

Em apenas uma semana, já eram perto de meia centena os inscritos em atividades, um número ainda pequeno para o universo dos mais de 1.500 trabalhadores do edifício, mas que é muito



aceitável para tão pouco tempo. Já os "turistas", na mesma semana, eram mais que muitos. Ele era um corropiu de gente a entrar e a sair, para espreitar o mais recente equipamento do edifício. E não é para menos. Desde as salas de treino aos balneários, tudo está feito com gosto e bem pensado.

A sala de condição física, a tal dos aparelhos de cardiofitness e musculação, que está equipada com passadeiras, bicicletas, elípticas e aparelhos de musculação, é de utilização livre nos horários dos períodos da manhã, das 07h45 às 09h30, do almo-

ço, das 12h15 às 13h50, ou da tarde, das 16h45 às 18h20, e tem em permanência um professor a acompanhar o treino e disposto a esclarecer todas as dúvidas.

Aliás, toda a equipa de profissionais contratada para dar as muitas aulas que este ginásio oferece está muito disponível para ajudar e é garantidamente boa, há anos que dá cartas nas atividades que o CCD de Lisboa promove nas instalações da Praia Azul, e tem uma vasta experiência no mundo fitness. Estes professores dão seis aulas diárias de grupo nas modalidades de Pilates, Yoga,

Zumba, Ginástica Localizada, Ginástica de Manutenção, Aula de Alongamentos, Condição Física, Let's Dance, Stretching e Toning.

Outra informação a ter em conta é que não há limite à frequência diária deste novo espaço.

Melhor que isto? Também não há.

Esperre, talvez haja.

Soubemos que no início do ano, também vai haver um espaço e um horário para danças.

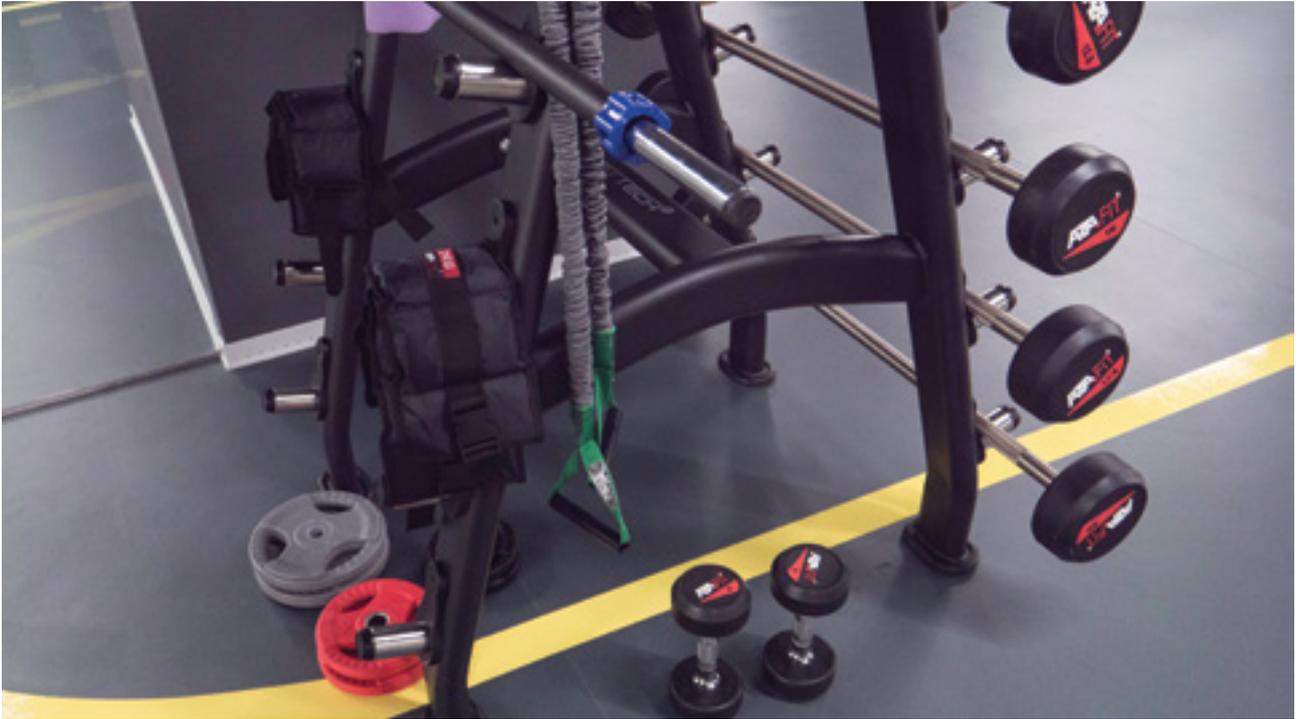
Mexa-se, já não há razão para não andar em forma!



### Horário de Funcionamento

Período	Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	7h45 - 8h30					Fit Moves
Manhã	8h45 - 9h30					Step - Functional Training
Almoço	12h15 - 13h00	Let's Dance	Stretching	Treino Funcional	Localizada	Zumba
Almoço	13h05 - 13h50	Body Workout	Localizada	Condição Física	Stretching	Zumba Toning
Tarde	16h45 - 17h30	Yoga	Pilates	Yoga	Zumba Toning	Yoga
Tarde	17h35 - 18h	Pilates	Yoga	Pilates	Zumba	Pilates



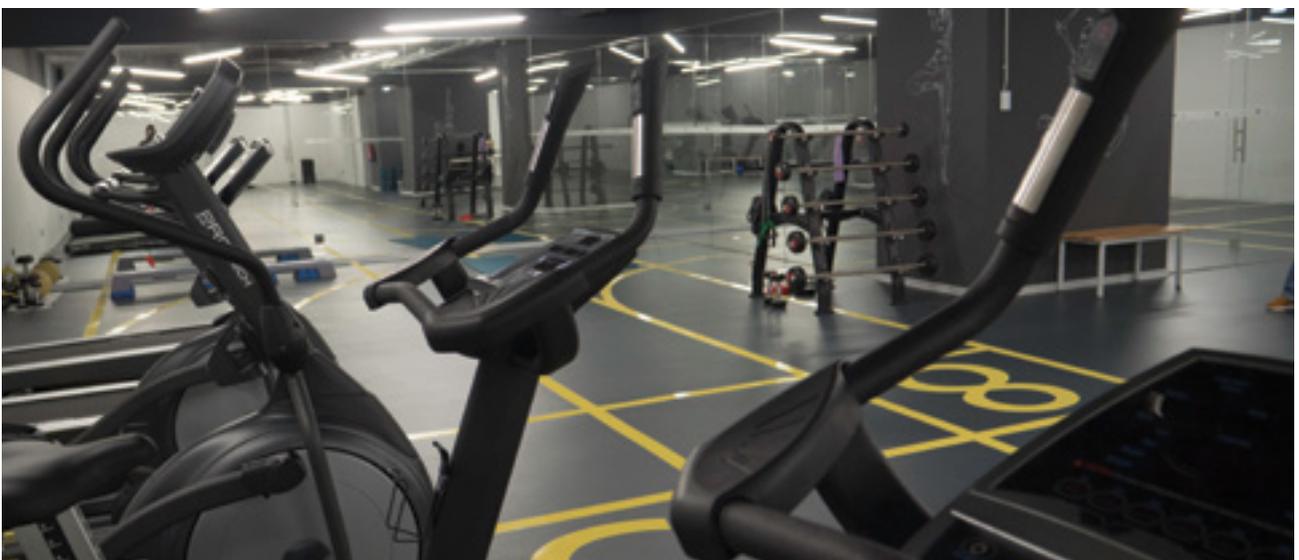


### Preços

Utilização	Sócios CCD	Não Sócios
Livre Trânsito	22,50€	30,00€
Só Aulas de Grupo	17,50€	25,00€
Só Sala de Condição Física	10,50€	18,00€

### Nota:

Não há limite à frequência diária do ginásio em cada modalidade.  
A estes preços acresce o valor do seguro obrigatório de 7,00€, válido por 1 ano.



# Em 2022 os Jogos Euros vão voltar a ser por cá

A Assembleia Anual da Associação Europeia de CCDs – EUROS, realizada em outubro, em Malinas, na Bélgica, atribuiu à ANCCD a organização dos Jogos Europeus de 2022.

**N**a Assembleia Anual da Associação Europeia de CCDs – EUROS, que fez o balanço das actividades desenvolvidas e aprovou as próximas iniciativas, todos referiram o excelente encontro cultural, desportivo e recreativo, organizado pela ANCCD e pelo CCD do Algarve em maio passado, onde os participantes tiveram oportunidade de contactar com valores, culturas e belezas naturais para além de terem conhecido melhor o nosso sistema de proteção social público.

A Assembleia decidiu reunir em Évora no próximo ano e atribuir à ANCCD a organização dos Jogos Europeus a realizar no ano de 2022.

O encontro anual das associações da EUROS, realizou-se em

Mechelen, ou Malines, como gostam os seus habitantes que seja conhecida, ou ainda Malinas, como dizemos em português. Trata-se de uma simpática cidade de canais, localizada na Flandres, com história e património relevante no século XVI, quando foi capital da Borgonha, ducado que, no seu apogeu, se localizava entre o norte da França, a parte central de Bélgica e da Holanda. Uma delegação da EUROS, no âmbito das suas responsabilidades sociais, foi recebida pela Vice- Presidente do Município local.

E se visitar Mechelen ou Malines, não se esqueça que aí ninguém quer falar francês, preferem o flamengo.



# Os CCDs não param... mesmo quando o estado da cooperação não ajuda

Os Órgãos Nacionais dos CCDs reuniram-se e aprovaram o Plano de Atividades para 2020 que contém uma diversidade de projetos e propostas de iniciativas que permitem a participação de todos. Mas, antes, fizeram a avaliação do estado da cooperação e concluíram que se sentem os efeitos negativos da tardia reposição da cooperação entre o Estado e os CCDs da Segurança Social, criando grandes dificuldades à planificação e à concretização das iniciativas previstas. Ainda assim, os CCDs não param.

Quarenta e quatro dirigentes da ANCCD e dos CCDs reuniram-se para aprovar as dinâmicas e os projetos associativos a concretizar no próximo ano. O debate salientou como facto re-

levante, a alteração da natureza do poder político verificada no final do ano de 2015 e a reposição da cooperação entre o Estado e os Centros de Cultura e Desporto da Segurança Social, materializada

pelos Despachos anuais da cooperação, cuja concretização tardia e insuficiente criou e cria dificuldades de planificação e de concretização das iniciativas previstas.



## **Com os meios disponíveis, os Centros de Cultura e Desporto e a sua Associação Nacional trabalharam para o bem-estar cultural, social e profissional dos trabalhadores do Sistema Público de Segurança Social e, neste contexto, contribuíram para a melhoria da qualidade do trabalho, da produtividade e da cultura profissional do setor.**

Especificamente, no âmbito dos Institutos, no início deste ciclo político, foram criadas expectativas e anunciados compromissos, deficientemente concretizados, frequentemente adiados e até bloqueados.

Perante as dificuldades, a falta de meios e de soluções, os silêncios e as justificações imprecisas, apoucaram a cooperação, permitiram novos exemplos de défice democrático e perdas de tempo que afetaram os projetos.

Com os meios disponíveis, os Centros

de Cultura e Desporto e a sua Associação Nacional trabalharam para o bem-estar cultural, social e profissional dos trabalhadores do Sistema Público de Segurança Social e, neste contexto, contribuíram para a melhoria da qualidade do trabalho, da produtividade e da cultura profissional do setor.

Os dirigentes dos CCDs salientaram que a qualidade do diálogo e a transparência das relações institucionais são essenciais para a construção de soluções e para a valorização do associativismo, enquanto

direito fundamental dos cidadãos em geral e dos trabalhadores em particular. Salientaram ainda que, com mais e melhores meios e com a concretização atempada dos compromissos assumidos, teria sido possível implementar novas dinâmicas. Decidiram mandar a sua Associação Nacional para solicitar audiências aos órgãos da tutela. Foi decidido que a ANCCD passará a publicar, no seu site, um resumo mensal da cooperação com o Governo e com os Institutos Públicos da Segurança Social.

## **Prioridades dos CCDs**

- Uniformização de apoios, de regras e de critérios iguais para todos, em todas as regiões, Institutos e Organismos do Sistema Público de Segurança Social, nomeadamente no que concerne à gestão dos bares e refeitórios, acabando a discriminação imposta aos trabalhadores de Viana do Castelo, de Braga, de Santarém, de Lisboa, de Setúbal, de Beja e de Faro.
- A igualdade de tratamento para os projetos e para as propostas sociais, apresentados pelos Centros de Cultura e Desporto;
- A disponibilização dos meios e dos apoios estabelecidos para

a atividade, respeitando os direitos, a autonomia das associações e a dignidade da cooperação.

- A valorização da cultura profissional e a qualidade do serviço prestado, refletido sobre a realidade e as soluções necessárias para melhorar a credibilidade e a capacidade de resposta do sistema aos direitos sociais dos cidadãos.
- A concretização dos compromissos assumidos pelo Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP para os projetos sociais dos CCDs, nomeadamente para as ex-colónias de férias da Apúlia, da Árvore e da Praia Azul.



## Atividades para 2020

- O Fumeiro em Bragança/Vinhais a 7 e 8 de fevereiro;
- Encontro de Dirigentes dos CCDs para debate sobre - "4 anos de Cooperação, balanço e perspetivas", março;
- Fim de semana desportivo (Caminhada, Petanca e Jogos de Mesa), no Gerês, em março;
- Observação da Natureza: Orquídeas Selvagens, no barrocal algarvio, em abril;
- Concurso Nacional para Trabalhos Académicos e Científicos de índole social, cultural e outros, apresentados na língua portuguesa, em maio;
- Debate "Nós e o Serviço Público que prestamos", realizado em dois momentos, um, na semana de 8 de maio e, outro, no Encontro Desportivo e Cultural dos CCDs, em Alvor;
- Jornadas da Solidariedade e Segurança Social, de 4 a 8 maio, com início do debate;
- Viagem a Cuba, de 04 a 19 de maio 2020;
- Participação nos Jogos EUROS 2020, na Bulgária, de 01 a 07 de junho;
- Convívio de St.º. António, em Lisboa, a 13 de junho;
- Observação da Natureza: Caminhando por Manteigas, em

junho;

- Viagem à Croácia ou à Irlanda;
- Encontro Desportivo e Cultural, em Alvor, Algarve, de 30 de setembro a 04 de outubro, com segunda parte do debate "Nós e o Serviço Público que prestamos";
- Organização da Assembleia Geral do EUROS, em Évora, de 21 a 25 de outubro;
- Encontro de Padel e Voleibol, na Casa Pia de Lisboa, e de Paintball, na Praia Azul, em novembro;
- Encontro de Natal de dirigentes associativos e dirigentes da segurança social, a 16 de dezembro;
- Atualização do Site da ANCCD;
- Concurso nacional de presépios, em novembro;
- Prémio para o melhor aluno de música da Casa Pia de Lisboa, em outubro;
- Assinalar a admissão de novos trabalhadores no sistema público de segurança social - módulo de formação.

A diversidade dos projetos e propostas de iniciativas dos CCDs e da ANCCD permite a participação de todos, de acordo com as respetivas preferências.





# 6.000.000,00

Seis milhões de euros por dia é o lucro diário da banca, segundo o semanário Sol, (as taxas e taxinhas que pagamos que mais parecem impostos privados para utentes dos bancos público e privados). Querem mais contradição que isto?



## Até no reembolso do IRS os pobres são pobres



A Câmara Municipal de Lisboa, no passado dia 31 de outubro, votou a devolução de 32 milhões de euros do IRS aos residentes na capital. O grupo das famílias 20% mais ricas arrecada 52% do total, enquanto o grupo das famílias 20% mais pobres recebe apenas 4,7%.



## Aos 80 continua uma força da natureza

Carlos do Carmo, prestes a fazer 80 anos, diz que “escrever memórias não me atrai, mas acordo bem-disposto porque estou vivo”.

Vinho de talha

# A génesis do nectar dos deuses está a renascer

Chegou-nos pela mão dos romanos, há coisa de 2000 anos, que a trouxeram do Cáucaso, onde nasceu, há mais de 7000 anos. Falamos da tecnologia utilizada para fabrico do vinho de telha. A uva é esmagada e liberta de engaços, é posta num recipiente e é ali, em contacto com o ar, que fermenta e se transforma em vinho. Parece simples, mas não é. Exige um saber antigo, passado de geração em geração. É um método arcaico, primordial do vinho, mas ainda se usa por cá, sobretudo no Alentejo, e cada vez com mais orgulho. Eis o vinho de talha.

A produção do vinho de talha manteve-se no alentejo de forma ininterrupta desde a sua introdução no séc. I até à atualidade, com altos e baixos e também com séculos de estabilidade.

Neste período temporal, a primeira grande quebra na sua produção ocorre durante a ocupação muçulmana, naturalmente por

razões de ordem religiosa. Recupera a sua importância social e económica com a reconquista cristã e mantém uma certa estabilidade produtiva até meados do século XX. A partir dos anos cinquenta, com o surgimento e incremento de novas técnicas de produção e comercialização do vinho, tanto em termos empresa-





riais privados, como cooperativos, começa a perder importância económica e prestígio social. Declínio que atinge o seu auge no fim do século XX, princípio do século XXI, com a introdução das regras resultantes da entrada na União Europeia e com um caldo cultural que tendia a desprezar tudo o que fosse “antigo”. A Herdade do Rocim, situada a meio caminho, entre a vila de Cuba e a aldeia de Vila de Frades (terra icónica do vinho de talha), é das primeiras “grandes adegas” a produzir e engarrafar vinho de talha para o mercado nacional e internacional. Na verdade, esta herdade produz vinho de talha há cerca de duzentos anos, mas, como reconhece o seu responsável pela enologia e direcção comercial, Eng. Pedro Ribeiro, “este não era minimamente considerado, servia para consumo dos trabalhadores da herdade e para alguma venda local, e a sua produção era da exclusiva responsabilidade do caseiro da herdade, Sr. Pedro Pegas”. No entanto, de há meia dúzia de anos para cá, o paradigma de consumo de vinho mudou radicalmente em alguns nichos de mercado. Na opinião do Eng. Pedro Ribeiro, “confluíram no mesmo sentido vários factores que levaram à actual recuperação do prestígio e valorização do tradicional vinho de talha. Por um lado, a recente crise financeira obrigou o mercado internacional do vinho de “topo”, nomeadamente a restauração de luxo, a procurar soluções mais baratas, mas suficientemente “exóticas” para os seus clientes. Por outro lado, o surgimento de grupos de consumidores, já com muita relevância económica que procura um produto menos normalizado, mais ligado à terra e à tradição e, de preferência, o mais ambientalmente correcto”. E, provavelmente, aglomerando estes consumidores e mais alguns, há hoje um “certo charme” neste tipo de produtos “mais artesanais” e que não é exclusivo nos vinhos.

Tudo isto parece ser uma evolução no sentido certo do futuro consumo, tanto do vinho como de outros produtos agro-alimentares, e abre portas a outros projetos mais pequenos, mas extremamente interessantes.

É o caso do projeto XXVI TALHAS, de Daniel Parreira, que herdou do seu avô e do seu pai uma pequena adega com 26 talhas (média/grande, na dimensão da aldeia), em Vila Alva, e que a transformou no seu projecto de vida, voltando a produzir o vinho de talha e transformando a adega num espaço de prova e venda do vinho por ele produzido e de degustação dos petiscos tradicionais da região.

Que tudo isto se mantenha e não seja apenas uma questão de moda passageira.

# O que é o vinho de talha?

Podemos dizer que é a produção de vinho em toda a sua ancestralidade. O conhecimento histórico e arqueológico atual localiza a origem da produção de vinho na região montanhosa do Cáucaso, entre a Arménia e a Geórgia, onde esta técnica de vinificação já será usada à mais de sete mil anos. Em Portugal, a produção de vinho de talha remonta há cerca de dois mil anos, trazida pelos romanos. Os vestígios arqueológicos mais antigos que comprovam este facto foram encontrados nas ruínas de São Cucufate, uma “Villa Romana”, localizada à entrada da aldeia de Vila de Frades, concelho da Vidigueira e no centro da actual sub-região vitivinícola - Vidigueira, Cuba e Alvito, no centro do Alentejo. Aí, este método ancestral de vinificação nunca foi abandonado desde a sua introdução no Século I. Não será, por isso, por acaso que esta zona do Alentejo está actualmente na dianteira do que parece ser um verdadeiro renascimento do prestígio e da valorização do vinho de talha no mercado nacional e internacional.

## O processo

É consensual que este é o método de produção de vinho mais antigo conhecido pelo homem. Na sua génese, é uma técnica que se explica de forma bastante simples, consiste em esmagar as uvas diretamente para o recipiente onde ocorre a vinificação e onde se mantém guardado ao longo do período que demora a ser consumido. O método varia em função da região e do produtor, mas o mais comum é a uva ser desengaçada antes de ser espremida para a talha e depois é-lhe adicionado parte desse engaço para ajudar a fermentação. Depois, nos oito a quinze dias seguintes, essa massa tem de ser remontada várias vezes por dia, de forma a controlar e uniformizar a fermentação. Regra geral, mantém-se em talha durante um curto espaço de tempo, mas que tradicionalmente se poderia prolongar no máximo até à vindima do ano seguinte, coisa que só acontecia quando as condições climáticas da adega o permitissem, ou seja, se a adega se mantivesse fresca mesmo durante o verão. Com as actuais técnicas de conservação

e comercialização, este intervalo de tempo tende a ser o mais curto possível, uma vez que, logo que o vinho está “curado”, ou seja pronto para consumo, é engarrafado ou trasfegado para outras formas consideradas mais fiáveis na estabilização do vinho, ou para ser recomposto ao gosto e às exigências de cada produtor e do seu mercado. Exemplo disso são as mais diversas técnicas de “estágio” e cada produtor tem a sua, ou várias. Este é, certamente, o caso em que marcar a diferença significa valor acrescentado. Diga-se, em abono da verdade, com excelentes resultados duma maneira geral. Continua, no entanto, a haver muitos produtores a utilizar os métodos tradicionais de conservação do vinho na própria talha, e outros, como é o caso de Daniel Parreira do projecto “XXVI TALHAS”, situado em Vila Alva, que decidiram canalizar a sua produção em duas vertentes. Uma, mais “actualista”, em que o vinho, depois de estar cerca de cinco a seis meses “na mãe” (na talha), ou seja, durante o tempo frio, é depois engarrafado e posto no mercado; outra, na vertente mais “tradicional”, as talhas são “abertas” na altura do São Martinho e o vinho vai sendo engarrafado á medida das encomendas. Se não for todo vendido antes do verão, as talhas são seladas com o método tradicional do azeite, de maneira a manter a estabilidade do vinho e este poder ser reaproveitado na produção do ano seguinte. Na verdade esta simplicidade primordial é o que complica o resultado final, uma vez que toda a fase de vinificação em talha, depende mais de factores não controláveis pelo produtor do que da sua intervenção directa ou da tecnologia. Neste caso, o contexto geográfico e climático do local onde é produzido o vinho (a adega), e até as características próprias de cada talha, acabam por ser determinantes para o resultado final. Muitas vezes com grandes variantes de ano para ano.



## O recipiente

Em Portugal, talha. Qvevri, na Geórgia. Karas, na Arménia. Tinaja, em Espanha... O recipiente para a produção do vinho é muito importante, uma vez que é o que lhe dá o nome e é a principal característica deste vinho tão particular. Como é óbvio, não há certezas absolutas relativamente aos primórdios do tipo de recipiente utilizado para a vinificação do extrato de uva, mas sabemos, com algum rigor, que o barro é o material por excelência de fabrico destes recipientes, desde que, na olaria, existe tecnologia para a construção de recipientes de média e grande dimensão em barro, com mais de 100 litros (nos séculos XVII, XVIII e XIX, já eram fabricados com capacidade para 1200 ou 1400 litros). Existem registos, identificados pela arqueologia, de recipientes ancestrais escavados em pedra, onde se produziria vinho numa quantidade superior à permitida pela tecnologia da cozedura do barro. Mas isso são memórias perdidas na névoa dos tempos e que, para este caso, não têm importância de maior, já que este vinho é produzido em barro há milénios. Mas, aqui, põe-se a questão. Do ponto de vista da comercialização internacional deste vinho, acabou por se impôr a designação “Amphora”, que corresponde ao recipiente de origem Romana e que servia para o transporte do vinho e de outros líquidos em toda extensão do seu império. Só que, na prática, não corresponde à designação de nenhum dos recipientes onde este vinho é produzido nos vários países em que se manteve a sua tradição. Por esta razão, alguns produtores portugueses mais “puristas” resistem à tendência internacional de denominar estes vinhos como “Amphora” e insistem na designação “Talha”. O tempo e o mercado ditarão se alguma das designações prevalece, ou se haverá espaço para as duas, em Portugal e em cada país que as tem. Aliás, no caso do alentejo, as designações também variam em função da capacidade do próprio recipiente, pois que nesta região “Talha” serve para designar recipientes de média e grande dimensão, (entre 600 e 1400 litros), mas também há os “Tarecos”, normalmente até ao máximo de 200 litros, e que são sobretudo utilizados para produção de vinho para consumo próprio. As características intrínsecas da talha também são importantes, uma vez que dependem do tipo de barro em que são construí-

das, (mais ou menos poroso) e se o produtor opta por manter a porosidade do barro ou se opta por o impermeabilizar com uma mistura de resina e cera. Também o formato da talha pode ter importância na maior ou menor facilidade de controlo da temperatura. São opções que se refletem sempre nas características finais do vinho produzido. Nas primeiras décadas do século XX, no expoente da indústria cimenteira em paralelo com a tecnologia da produção de moldes, surgem no Alentejo algumas fábricas que incluíam na sua produção a fabricação de talhas em betão armado, das quais ainda existem muitos exemplares em função nas várias adegas que mantiveram ou retomaram a produção de vinho.



# Vai ser

## Em fevereiro, fumeiro em Bragança e Vinhais

Logo no início do próximo ano, organizaremos a visita ao fumeiro em Bragança e Vinhais, nos dias 7 e 8 de fevereiro. Informe-se no CCD.



## Gerês em março

Passeio ao Gerês com caminhada, jogos de mesa e petanca. Oportunamente serão divulgadas mais informações sobre estas iniciativas.



# Já Foi

## Semana ISS

Como nos últimos anos, o ISS assinalou a sua existência com um conjunto de iniciativas, uma parte organizada em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos, e outra concretizada pelos CCDs ou pelos serviços.

Em Lisboa, o CCD organizou um jogo de futebol entre equipas de trabalhadores dos

Recursos Humanos e o Resto do Mundo (da 5 de Outubro), exames de oftalmologia, rastreios de colesterol, glicémia, e tensão arterial, promoveu a vacinação contra a gripe, realizou atividades físicas acompanhadas de professores especializados, ensaios experimentais no Coro e um magnífico convívio de trabalhadores do Centro Distrital.

Em Loures, o evento foi assinalado com o alindamento do espaço utilizado pelos trabalhadores nas suas pausas de trabalho.

No almoço de Natal de dirigentes dos CCDs, faremos um sorteio mistério para os 117 associados que participaram nas atividades.

Para o ano, não sabemos se há mais.



Departamento de Recursos Humanos VS o Resto do Mundo da 5 de Outubro, um animado jogo de futebol onde todos ganharam e, no final, houve festa rija à volta de um lanche. É uma experiência que se vai repetir em breve.



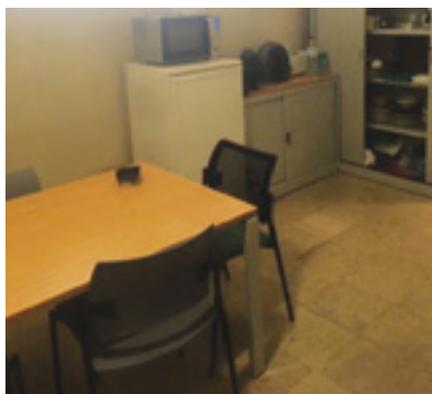
# Rastreios

De 21 de outubro até 14 de novembro, foram realizados rastreios em todos os serviços do ISS,IP, do Instituto de Informática e do Ministério do Trabalho, onde a Sra. Ministra teve oportunidade de participar nas primeiras atividades realizada pelo CCD de Lisboa.

## Porque Loures também é CCD de Lisboa

Porque Loures também é CCD, os colaboradores do Setor Territorial de Loures/Odivelas, Serviço de Loures, contaram com o apoio do CCD de Lisboa para

renovar o seu espaço de refeições, ficando "claramente mais agradável", como referiu a responsável Ana Catarina Magalhães.



Antes

Depois



# Sede do ISS, IP

## Sala para atividades do CCD sem condições

O Conselho Diretivo do ISS, IP atribuiu uma sala para a Direção do CCD de Lisboa e para os serviços de apoio aos sócios, no piso 1, junto ao Museu.

A sala atribuída não tem luz natural, fica deslocada e não tem acesso ao sistema interno de telefones nem à internet, apesar de já ter sido feito o pedido há meses.

O CCD solicitou outra sala que permita um acesso mais fácil e que tenha meios de comunicação.

## Assinado protocolo

Foi concluído e assinado o protocolo que estabelece normas e regras para a concretização das atividades do CCD no edifício sede do ISS, IP.

No site do CCD pode aceder ao texto do acordo.



# Secretária de Estado homologou acordo de gestão para a ex-Colónia da Praia Azul

No passado dia 4 de outubro, a então secretária de Estado da Segurança Social homologou um acordo de gestão com comodato, válido por vinte anos, para a ex-Colónia de Férias da Praia Azul.

Ao fim de mais de sete anos, fica ultrapassada uma parte de uma das principais questões que enfraquecia a cooperação en-

tre o Estado e os CCDs.

Concluída esta fase, é necessário passar a outras duas de capital importância, que são a regularização dos apoios financeiros pendentes e a definição do futuro da ex-colónia quanto a novos acordos de cooperação a celebrar.

No site do CCD pode aceder ao texto do acordo.



## Ministra almoça no refeitório do CCD

A Ministra, os secretários de Estado da tutela e os membros dos gabinetes, ao almoço no refeitório gerido pelo CCD.



# Viagem à Austria e à Suíça

**E**m setembro passado, foram cerca de 50 os que participaram na viagem anual dos CCDs à Austria, Liechtenstein e Suíça, num programa com uma componente cultural relevante e paisagens fabulosas de cortar a respiração.

Dos palácios imperiais de Viena e de Salzburgo, Innsbruck,

o Tirol, Sankt Wolfgang, Hallstatt (uma das pérolas da viagem), o Principado do Liechtenstein, Lucerna, Zurique, as quedas de água do Reno em Neuhausen, a subida ao Klewenalp, Seelisberg. Uma viagem de sonho organizada pelo CCD de Lisboa.





# Lembrança de Natal



A partir da última semana de novembro, a direção do CCD de Lisboa iniciou a distribuição da habitual lembrança de Natal aos seus associados, que devem preencher uma ficha de atualização de dados, importante para o CCD manter o contato permanente com os associados.

# SUPER- -LIVRO

O CCD de Lisboa  
tem um acordo com a  
**LIVRARIA SUPERLIVRO**  
Estrada de Benfica, 488-A e 488-B  
1500-105 Lisboa  
(em frente à Escola 2.3  
Pedro de Santarém)  
Tel : 21 714 38 47  
Fax: 21 715 97 97  
E-mail: [info@superlivro.net](mailto:info@superlivro.net)

Os livros devem ser adquiridos diretamente na livraria, sendo sempre necessário enviar a requisição ao CCD, devidamente preenchida.

Após a receção da requisição no CCD, ao fim de 2 dias úteis, os livros podem ser solicitados na livraria, salvo rutura de stock (podendo ficar reservados).

É necessário apresentar o cartão de sócio no acto da compra.

Os livros escolares e restantes materiais podem ser adquiridos através do CCD, em duas modalidades:

- Pronto Pagamento (vencimento)
- Pagamento em prestações até 10 vezes (vencimento)

## DESCONTOS

- 6% desconto nos livros escolares
- 10% desconto em material escolar
- 5% desconto material de informática
- 10% desconto em dicionários
- 10% desconto em livros auxiliares (apoio escolar)



# O NOSSO MAIOR PRÉMIO É BEBER CAFÉ CONSIGO TODOS OS DIAS.



O CAFÉ DA SUA VIDA ♡



## Mais do que um café, Delta é partilha.

É acordar com um bom dia e desejá-lo aos outros. É o pretexto para mais uma conversa sem horas contadas. A desculpa para estar com os amigos vezes sem conta. Em 2018 continuamos a ser o café da vida dos portugueses. E os portugueses continuam a ser quem diariamente nos enche de vida.

Esta é a partilha diária que queremos continuar a saborear consigo. Sempre.

**DELTA, O CAFÉ DA SUA VIDA.**



6º ANO  
CONSECUTIVO

17º ANO  
CONSECUTIVO

4º ANO  
CONSECUTIVO